

Educação profissional no século XIX - Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso*

Alba Carneiro Bielinski*.

*Prof. de Educação Artística e História da Arte. Museóloga. Pós-Graduada em História da Arte e Arquitetura no Brasil.

Menção honrosa na categoria Estudos de Caso do "Prêmio Senac de Educação Profissional".

Este trabalho relata o significado histórico da criação do Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, sua importância como marco, no contexto do ensino técnico-profissionalizante do século XIX.

O Liceu de Artes e Ofícios teve a primazia de criar no Brasil, em 1882 - época em que o trabalho comercial era basicamente pautado no empirismo - um curso de comércio regular de 4 anos, gratuito e noturno.

A Sociedade Propagadora das Belas Artes-SPBA é a instituição mantenedora do Liceu. Fundada em 23 de novembro de 1856, por iniciativa privada, com a finalidade de ministrar a educação popular, fundamental e profissionalizante. Foi pioneira na implantação de diversos cursos técnicos para as classes operárias.

A educação profissionalizante sempre lutou arduamente, através dessa instituição, para abrir espaço em nossa terra, mormente no século XIX.

Num país de mentalidade latifundiária e escravista, essa escola que visava, em geral, aos menos favorecidos, e não fazia, para a matrícula, qualquer exigência em relação a idade, nacionalidade, credo, status social ou econômico, teve que enfrentar muitos desafios para prosseguir contribuindo com a formação profissional no país.

O ensino no Brasil e a educação profissionalizante

A cultura e o ensino chegaram ao Brasil-Colônia servindo tanto à catequese dos nativos e colonos, como à colonização e aos objetivos político-econômicos de Portugal.

Com a chegada de D. João, em 1808, começa um novo cenário cultural para abrigar a Corte. A imprensa floresce, e o ensino superior terá a primazia. Na educação, limitada às especulações filosófico-literárias, o culto ao bacharelismo prevaleceu, e com total ojeriza ao trabalho braçal e mecânico.

A mentalidade preconceituosa da época ligava os trabalhos manuais e mecânicos aos trabalhos realizados pelos escravos e pela classe mais humilde, criando assim fortes barreiras ao ensino técnico-profissionalizante. Formar-se doutor era ter a possibilidade de subir no status social e econômico, mas tornar-se fabricante, negociante ou lavrador era situação não desejável para a maioria dos jovens. Essas profissões, segundo opinião geral, eram destinadas aos menos inteligentes ou deserdados da fortuna...

O povo, por sua vez, acreditava que para trabalhar nas oficinas, no comércio, ou na agricultura, não era necessário ir à escola. O orçamento da casa pobre recebia o reforço advindo do trabalho juvenil e mesmo infantil, o que contribuía para que a educação fosse considerada um luxo nas famílias mais humildes.

E, fora da lavoura e dos serviços domésticos, havia muitas maneiras de se aproveitar o trabalho dos escravos e dos menos favorecidos. Uma delas era colocá-los no comércio ambulante, vendendo peixe, frutas, e outras

mercadorias pelas ruas; ou então como auxiliares para tudo dentro de uma oficina.

A educação brasileira do século XIX foi essencialmente destinada à preparação de uma elite e não do povo. Era a erudição ligada ao status social, prestigiada pela vida na Corte, pelas atividades públicas, pelo regime parlamentar, onde a retórica era necessária. Um contraste gritante com a quase total ausência da educação popular.

A iniciativa oficial em relação ao ensino elementar e secundário era precária e inexistente quanto à educação profissional.

O Ensino Comercial no Brasil

O Brasil, no início do século XIX, não possuía tal ensino, os comerciantes iam aprendendo com a experiência adquirida na prática cotidiana de uma casa de comércio. Mas a profissão de comerciante, como outra qualquer, demanda conhecimentos. Assim, com a entrada da Colônia no mundo dos negócios, percebeu-se a necessidade, para a economia nacional, de um comércio instruído e moralizado.

O ensino comercial no Brasil encontra-se diretamente ligado à abertura dos portos da Colônia às nações amigas, ocorrida em 1808, que acabou, na prática, com o pacto colonial. Os hábitos de consumo no Brasil foram alterados com a chegada de grande quantidade de mercadorias e o aumento das casas de comércio, que logo passaram a exigir empregados qualificados.

Com o Brasil tornando-se sede de uma Corte, aparece a necessidade premente de organizar-se a economia da Colônia. O futuro Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, estimulador da iniciativa da abertura dos portos às nações amigas, esforça-se para organizar, com base na Ciência Econômica, o comércio brasileiro.

A primeira Aula Pública de Economia, mais conhecida como Aula de Comércio, proposta e confiada ao futuro Visconde de Cairu, em 1809, para funcionar em horário noturno, estava sujeita à direção e inspeção do Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Era destinada a preparar os empregados do comércio para o exame na Junta Comercial. Iniciativa que, entretanto, não colheu bons resultados.

O ensino comercial não se desenvolvia e a razão principal para tal desinteresse era a idéia de inferioridade das profissões mercantis e o culto ao bacharelismo. Se era para despende dinheiro com a educação, a escolha recaía nas carreiras que davam status social e título de doutor. E por conta desse desinteresse pelas atividades comerciais, era o estrangeiro que se estabelecia e prosperava no setor.

A denominação foi mudada para Aula de Comércio da Corte, sendo regida pelo Regulamento publicado em 6 de julho de 1846 e desligada da dependência e inspeção do Tribunal da Junta de Comércio, por Decreto da mesma data. Em 1848 possuía 18 alunos no primeiro ano e 26 no segundo, e funcionava na Rua da Conceição, 16.

Por volta de 1851, havia, também, cursos em colégios pagos para meninos, que se diziam "preparatórios para o comércio e para as Academias do Império", onde se ensinava não só a educação primária, como também as matérias necessárias para entrar no comércio e academias. Eram "o Lyceu Commercial na rua do Andarahy, 10; Collegio São Sebastião, em Botafogo, 26; e Collegio João Henrique Freese, no município de Nova Friburgo; Collegio Estrella de Petrópolis".

A Aula de Comércio da Corte foi convertida em Instituto Comercial da Corte ou do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 1.763 de 14 de maio de 1856, expedido em virtude da Lei de 9 de Agosto de 1854 que autorizava a sua reforma, e dava novos estatutos. A Aula de Comércio foi efetivamente extinta no ano de 1857, quando era freqüentada, nos dois anos em que se constituía, por apenas 21 alunos.

A reforma entra em atividade com o Instituto Comercial da Corte, que começa a funcionar em 1858 no edifício do externato do Colégio Pedro II, mas com entrada separada. São 19 alunos: 14 no primeiro ano e 5 no segundo ano. O ensino era pago e diurno, o que concorreu para o fracasso do curso, pois os caixeiros tinham dificuldade para saldar as mensalidades e, não podendo deixar a loja durante o expediente para estudar, acabavam faltando em demasia.

No livro *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, encontra-se a seguinte citação com relação ao Instituto Comercial:

"Ao lado direito da escada fica uma sala chamada da reitoria, porque é aí que despacha o reitor do externato. /.../ Contígua a esta sala se acha a entrada para a escada da torre da igreja. Em frente a esta escada estende-se o antigo consistório do lado esquerdo do templo, /.../ tendo ultimamente servido para secretaria do colégio, e depois para secretaria do Instituto Comercial /.../

No salão que antes era chamado de sala da música, e /.../ tendo perdido o seu antigo destino, serve atualmente de salão para exames gerais de instrução pública e para a aula de português e caligrafia do Instituto Comercial.

A casa da rua Estreita de S. Joaquim, que é contígua à mesma igreja, é um sobrado que outrora serviu para a habitação dos reitores do colégio, e que, achando-se desocupada, terá segundo se diz, de receber os consertos e obras indispensáveis para se estabelecer nela o Instituto Comercial, que o externato do Imperial Colégio de D. Pedro II hospeda desde 1857. "

No Relatório de 1877, do Ministro dos Negócios do Império, Conselheiro Deputado Antonio da Costa Pinto e Silva, consta:

"Em 1875 matricularam-se no Instituto 29 alunos, dos quais 16 perderam o ano. Ficou, portanto, reduzido a 13 o número dos que freqüentaram as aulas até o seu encerramento. Destes, 1 não prestou exame e 12 foram examinados, com o seguinte resultado: aprovados plenamente em todas as matérias 4; em algumas matérias e simplesmente em outras 2; simplesmente em todas as matérias 3; em algumas matérias e reprovados em outras 3. Nenhum aluno completou o curso. Freqüentaram também as aulas 26 ouvintes.

Em 1876 matricularam-se 27 alunos, dos quais 20 perderam o ano. Dos 7 que concluíram o ano, 3 não compareceram a exame e 4 foram examinados com o seguinte resultado: aprovados plenamente em todas as matérias 2; aprovado plenamente em algumas matérias, simplesmente em outras e reprovado em outras 1; simplesmente em algumas matérias e reprovado em outra 1. Ainda este ano não houve aluno algum que completasse o curso. Foram 26 os ouvintes das diversas aulas.

O Instituto Comercial é uma instituição morta. Os algarismos que aí ficam são disso a mais eloqüente demonstração. Em uma cidade comercial, como a do Rio de Janeiro, mal se pode explicar a razão por que o Instituto Comercial encerrasse o ano letivo com 7 alunos de matrícula. E, pois, urgente extinguir ou reorganizar este estabelecimento, com o qual tão improdutivamente despende o Estado anualmente 20:800\$000."

O Instituto Comercial embora estivesse enquadrado no capítulo de Instrução Primária, tinha uma ressalva, pois também podia ser considerado um estabelecimento de instrução secundária, porque a maior parte das disciplinas que constituíam o seu curso de estudos entrava na classe do ensino secundário.

No ano de 1877 surgiu um outro Instituto Comercial funcionando na Rua do Regente, 19 "desde as 5 da tarde até depois das 8 horas" com aulas de Contabilidade e Escrituração Mercantil, Geografia, Direito Mercantil; Economia Política; Francês, Inglês, Matemática, Alemão, Caligrafia e Desenho Linear, conforme anúncio. Mas não se tem notícias de sua continuidade.

A tentativa de implantação eficiente de uma Aula de Comércio não produziu o efeito desejado. O Instituto Comercial, que a substituiu, não conseguiu ministrar ensino compatível com as necessidades do comércio fluminense, o que provocou total ausência de alunos e o esquecimento do povo.

O que concorreu, também, para o desaparecimento do Instituto Comercial, conforme o editorial do *Cruzeiro* de 26 de junho de 1882, "era o vício originário do papelório; para que cada alumno alli penetrasse exigia-se-lhe tantos documentos e informações, que logo aos primeiros passos desanimava o aspirante à

matrícula."

Enquanto se percebiam as carências e as falhas do ensino comercial-profissionalizante ocorreu a iniciativa da criação do Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1882. Curso gratuito, em horário noturno, e que recebeu o número surpreendente de 478 candidatos à matrícula na primeira série que então se iniciava.

Em 1882 no Relatório do Ministro de Estado encontramos a confirmação de que "O Instituto Comercial há muito não funciona por falta de alunos. Tendo o Liceu de Artes e Ofícios aberto as aulas para o curso comercial, o governo resolveu extinguir o Instituto."

No final do século XIX, com o incremento e a complexidade das transações comerciais, vão surgir novos cursos.

O também denominado Instituto Comercial do Rio de Janeiro criado pelo Decreto nº 98, de 26 de junho de 1894, e extinto em 1902, sobre cujo funcionamento não se encontra maiores dados.

Um outro Instituto Comercial do Distrito Federal também foi fundado por Decreto da Prefeitura nº 28, de 30 de novembro de 1894, na Praça da Aclamação, 24; com corpo docente constituído por 11 professores, e pagamento de matrícula. Reformado pelo Decreto nº.52 de 9 de abril de 1897, estabelece: "o Instituto Comercial é destinado ao ensino teórico e prático daqueles que se dedicam ao comércio ou a qualquer das função que com ele se relacione."

No início do século XX, à vista da expansão comercial do país e das exigências de caráter administrativo, surge a necessidade de organizar o ensino comercial, de maneira uniforme, em todo o país, e em 1902, são criadas a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, mas com aulas diurnas e mensalidades. Em 1905, por intermédio da Lei n. 1.339, eram reconhecidos pelo Governo Federal, com validade em todo o território nacional, os diplomas conferidos pelas duas instituições. Com isso, implicitamente se reconheciam, também, os Cursos Geral e Superior de Comércio, por elas ministrados, e os planos de estudos como padrões a serem imitados

Mas coube ao Imperial Liceu de Artes e Ofícios o mérito de ser o primeiro estabelecimento, no século XIX, a ministrar o ensino comercial no Brasil com sucesso, de forma regular e metódica, em curso de 4 anos, noturno e gratuito, visando à profissionalização dos caixeiros ou dos que quisessem entrar nesse ramo profissional.

O Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, idealizador e fundador da Sociedade Propagadora das Belas Artes-SPBA, mantenedora do Liceu, criou o lema "Combater a ignorância é defender a liberdade" para essa instituição que tinha por finalidade o ensino técnico-profissionalizante para a classe operária ou menos favorecida.

Béthencourt da Silva, diretor do Liceu e trabalhando, desde 1879, no projeto de sua autoria para a construção da terceira Praça de Comércio, atualmente Centro Cultural do Banco do Brasil, havia percebido, através do constante contato com os representantes da classe mercantil, a extrema necessidade da implantação eficiente de um curso profissionalizante ligado à área em questão. Preocupou-se, então, ante a premente necessidade de qualificação profissional, em proporcionar para os caixeiros - como eram chamados os que trabalhavam no comércio - e para as classes populares um curso especializado nas atividades mercantis. O Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios foi inaugurado em 26 de junho de 1882, com o aval da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e o apoio da imprensa da época.

No relatório do Liceu de 1882, consta que a Sociedade Propagadora das Belas Artes, animou-se a promover a criação de um Curso Comercial onde:

/.../ " jovens aspirantes achassem sem prejuízo de seus trabalhos diurnos, em horas adaptadas ao estudo, o ensino que necessitam para o elevado desempenho de sua tão complexa carreira quanto árdua carreira./.../

Neste sentido, feitos pela Directoria os estudos indeclináveis para a delineação e plano que projectava, procurou, antes de emprender qualquer medida, consultar pessoas abalisadas, negociantes desta praça e principalmente a Associação Commercial do Rio de Janeiro, que, representante do commercio, melhor podia avaliar o generoso tentamen."

Assim, em 27 de fevereiro de 1882, o diretor do Liceu, Béthencourt da Silva, enviou officio ao Visconde de Tocantins, presidente da Associação Commercial do Rio de Janeiro expondo o projeto de criação de um curso comercial gratuito e "em horas já livres dos afanosos trabalhos em que se empregam os moços do comércio, e que por isso mesmo aptos à frequência delles, sem embarçar o desempenho dos deveres diurnos." Cita, como é comum a cada classe em todo o mundo, "a educação peculiar e técnica da respectiva profissão, e a necessidade específica dessa educação que promove a atividade de todas as indústrias, e envolve no seu trabalho capitais alheios". Envia um programa de estudos e solicita a colaboração para o aperfeiçoamento do mesmo. Constata a urgência do corpo comercial fluminense ter para os "vindouros commerciantes uma regular e methodica aprendizagem litterária dos uteis conhecimentos de que precisam os jovens auxiliares de todos os multiplos trabalhos comerciais da praça." Alude aos anteriores esforços do Governo, mas sempre infrutíferos, para implantar um curso regular com bases convenientes, que além do peso oficial de uma escola do Governo, "possuía regime contrário à índole e às necessidades, com exigências de preparatorios difficeis", e onde as horas escolhidas para o ensino, etc., tornam impossíveis a frequência dessas aulas. Reforça que:

"o Lyceu de Artes e Officios, que no já longo desempenho de sua missão civilisadora tem dado incontestaveis provas de realisar condignamente as idéas que tem concebido, nada pedindo para si, além do auxilio indispensavel ao custeio material das suas aulas, tem fê que constituido este curso, mais uma vez provará quanto valem em um paiz livre, e quanto são proveitosos para os triumphos perduraveis de uma nação, as aulas de iniciativa individual; escola onde, sem imperar o fastidioso systema papelorio do governo e a compressão de uma administração superior, quasi sempre alheia à peculiaridade technica do professorado, se promove o ensino fraternal do povo para o povo."

Em resposta, a 11 de março de 1882, em officio e também assinado por todos os membros da directoria da Associação Commercial, o Visconde de Tocantins agradece e discorre sobre a necessidade de um curso dessa natureza, gratuito e de iniciativa particular, a horas apropriadas e com matérias suficientes. Deixa a missão de opinar sobre o plano de estudos para as pessoas competentes que irão colaborar com o Liceu em tal plano. Aplauda o projeto, desejando êxito e espera que o Liceu consiga: "introduzir no país o ensino comercial tão necessário ao preparo das novas gerações, das quais dependem a criação de capitais nacionais e o desenvolvimento industrial do país."

A Directoria do Liceu resolveu convocar uma reunião com diversas personalidades da imprensa e do comércio, e de outras classes da sociedade.

No dia 12 de março de 1882, ao meio dia e a convite de Béthencourt da Silva - Diretor do Liceu, reuniram-se numa das salas deste estabelecimento, vários representantes do comércio, das artes e da imprensa. A reunião tinha por finalidade apresentar o projeto para o Curso Commercial, que para ser rapidamente implantado, aproveitaria algumas aulas de outros cursos, já existentes no Liceu e necessárias ao novo curso. Foi lido pelo diretor o officio que enviara à apreciação da Associação Commercial, com a resposta favorável, que recebeu, inclusive, total acolhimento.

Após a leitura dos officios, o diretor pediu aos presentes que se pronunciassem a respeito do novo curso. Algumas pessoas tomaram a palavra como: Dr. Honório Augusto Ribeiro, Comendador Ramalho Ortigão, Sr. José Carlos de Carvalho, Sr. Montóro, Dr. Lopo Diniz Cordeiro. Sugeriram criar uma comissão que de acordo com o corpo docente do Liceu revisse o programa colocado à apreciação e se encarregasse de promover os meios necessários à criação e manutenção das novas aulas. A comissão ficou composta pelos seguintes senhores que se achavam presentes: Barão de Mesquita, Barão de São Francisco, Dr. Honório Augusto Ribeiro, Eduardo Lemos, A. C. Chaves Faria, Hermann Joppert, Dr. Ponciano Machado, F. L. Araújo Ferraz, J. C. Ramalho Ortigão, Henrique Chaves e Felix Ferreira.

O Dr. Lopo Diniz, o Dr. H. Augusto Ribeiro e o Dr. Carlos de Carvalho se ofereceram para lecionar direito

mercantil, o Dr. Luiz Raphael Vieira Souto ofereceu-se para reger a cadeira de economia política e os Srs Gregório de Almeida e Jeronymo Simões para a de escrituração mercantil.

Foi lavrada, em seguida, uma Ata instaladora do Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios, onde:

" /.../ convencidos do merito excepcional d'esta instituição, cujo objecto é o preparo scientifico de futuros negociantes, isto é, a constituição dos melhores e mais fortes elementos do progresso das nações, da civilização dos povos e do futuro da humanidade: os abaixo assignados se propõem a auxiliar por todos os modos de sua influencia pessoal o desenvolvimento de tão patriótico plano /.../":

A. C. Chaves Faria,	Gustavo Diederichsen,
A. J. S. Sarmiento Junior,	Henrique Brow,
Albino José de Freitas Castro,	Henrique Chaves,
Angelo Agostini,	Henrique Leuba,
Antonio José Fontes,	Henrique Reis,
Antonio José Alves Coelho,	Hermann Joppert,
Barão de Mesquita,	J. C. Ramalho Ortigão,
Barão de Nogueira da Gama,	Jacomo Nicoláo de Vincenzi,
Barão de São Francisco,	Jeronymo Simões,
Carlos Guilherme Gross,	João Teixeira de Abreu,
Diogo de Vasconcellos,	João Valverde de Miranda,
Dr. Lopo Diniz Cordeiro,	Joaquim José Duarte,
Dr. Augusto Saturnino da Silva Diniz,	José Carlos de Carvalho,
Dr. Honório Augusto Ribeiro,	José F. de Noronha Feital,
Dr. João Marinho de Azevedo,	José Fellipe Pestana,
Dr. Luiz Raphael Vieira Souto,	José Mendes de Oliveira Castro,
Dr. Ponciano Machado,	Leandro Sanches,
Eduardo Lemos,	Leon Mestens,
Emílio Gomes da Costa Miranda,	Lourenço Tavares,
Emilio Nielson,	Luiz de Malafaia,
F. J. Béthencourt da Silva,	Manoel Salgado Zenha,
Felix Ferreira ,	Reinaldo C. Montóro,
Francisco I. d'Araújo Ferraz,	Tobias L. Figueira de Mello,
Francisco M. Cordeiro de Souza,	Valerio C. Netto Filho,
Francisco Ramos Paz,	Visconde de Tocantins,
Gregório de Almeida,	Wencesláo Guimarães.
Guilherme Bellergarde	

O Edital no jornal Cruzeiro de 13 de março de 1882 transcreve a reunião da véspera, onde foi apresentado o plano elaborado para o Curso Comercial com as seguintes disciplinas: português, francês, inglês, alemão, aritmética, álgebra e noções gerais de geometria aplicada a estereometria (cálculo do volume dos sólidos), geografia, desenho linear, contabilidade, escrituração mercantil e elementos primordiais das ciências econômicas, caligrafia, redação e estilo comercial, história e estatística comercial, economia política, direito comum e mercantil, e que "teria, além de um anno de preparatorios, quatro annos

de estudo, sendo tres do curso normal e um superior, de acordo com a disponibilidade de recursos, aproveitando, inclusive, algumas aulas do ensino profissional que já funcionavam."

Escudada na formal e solene aprovação do comércio e da imprensa, que se manifestaram claramente favoráveis à criação do Curso Comercial, a Diretoria do Liceu prosseguiu os preparativos.

Em 15 de março de 1882, cumpre o dever de dar conta ao Conselho da Sociedade Propagadora das Belas Artes-SPBA, dos procedimentos realizados para instituir um Curso Comercial. Na reunião realizada, considerou-se fundado o Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios, cuja utilidade para a carreira mercantil era inquestionável.

A Diretoria avançou com o projeto, julgando-se plenamente amparada pela Associação Comercial, pois nos estatutos da mesma constava a cláusula de manter uma escola especial para o comércio; e confiante, também, na proteção do Governo, ao qual as contribuições mercantis impunham a obrigação de manter um ensino dedicado à classe.

Após o anúncio da matrícula, inscreveram-se 478 indivíduos, dos quais 261 foram considerados habilitados para a frequência do 1º ano do curso. Número, ainda assim, elevado diante da previsão inicial de vagas feitas pelo Liceu. Os restantes foram convidados a freqüentar as aulas do Liceu como preparatório para a respectiva matrícula nas aulas de comércio.

Tamanho procura e aceitação do curso demonstram a relevância desse estabelecimento e a sua importância na época, em contraste significativo com o encerramento das aulas do Instituto Comercial, por total falta de alunos.

Para ingressar no Liceu não havia exigência de qualquer espécie, e para ser matriculado bastava que o aluno se apresentasse e fornecesse os dados para a estatística anual, sem requerimentos ou certidões inúteis. E também não era exigido para admissão, nenhum outro exame que não fosse o essencial à indicação do aluno para as disciplinas iniciais.

A estatística das inscrições para o Curso Comercial, retirada do Relatório do Liceu de 1882, mostra quem eram esses candidatos por:

Nacionalidade		Idade		Estado civil		Profissão	
Brasileiros	373	De 12 a 15 anos	45	Solteiros	433	Empregados do comércio	350
Portugueses	95	De 16 a 20anos	183	Casados	42	Estudantes	56
Italianos	3	De 21 a 25 anos	151	Viúvos	3	Artistas	48
Espanhóis	2	De 26 a 30 anos	66			Empregados públicos	17
Franceses	1	De 31 a 35anos	21			Empregados do Foro	2
Inglese	1	De 36 a 40 anos	4			Militares	2
Austriacos	1	Maiores de 41 anos	8			Empregados municipais	1
Argentinos	1					Professores	1
Paraguaios	1					Farmacêuticos	1
Total	478		478		478		478

--	--	--	--	--	--	--	--

Em relação às matrículas no 1º ano, por:

Nacionalidade		Idade		Estado civil		Profissão		Disciplina	
Brasileiros	214	De 12 a 15 anos	16	Solteiros	236	Empregados do comércio	198	Desenho geométrico	361
Portugueses	40	De 16 a 20anos	104	Casados	25	Estudantes	24	Caligrafia	261
Italianos	3	De 21 a 25 anos	86			Artistas	24	Português	261
Espanhóis	1	De 26 a 30 anos	44			Empregados públicos	11	Francês	261
Franceses	1	De 31 a 35anos	4			Farmacêuticos	1	Aritmética	261
Ingleses	1	De 36 a 40 anos	4			Militares	1		
Austríacos	1	Maiores de 41 anos	3			Empregados municipais	1		
						Professores	1		
Total	261		261		261		261		1.305

O Liceu teve que efetuar obras indispensáveis para acomodar tão elevado número de alunos que excedeu os cálculos iniciais. Teve de arcar com as dificuldades quase insuperáveis, para a criação do curso comercial pois os auxílios esperados faltaram. Até a Associação Comercial faltou com a ajuda prometida, em virtude do agravamento da crise financeira no país e a situação precária da instituição ocorrida entre os anos de 1882 e 1890, quando teve, inclusive, de englobar num único volume os relatórios de 1882 e 1883 por medida de economia, e suspender a publicação dos referentes aos anos de 1887, 1889 e 1890. As obras da sua Praça de Comércio, na Rua Primeiro de Março, também foram paralisadas várias vezes.

Mas, sem descurar dos cursos técnico-profissionalizantes que possuía, o Liceu superou os percalços que surgiam. Em 1882, a soma das matrículas, em todos os cursos noturnos e gratuitos do Liceu, era de 3044, distribuída em 1898 alunos para os cursos profissionais para o sexo masculino, 885 para as aulas profissionalizantes do sexo feminino e 261 para o novo curso comercial.

O Liceu de Artes e Ofícios possuía, quando da fundação do Curso Comercial, uma excepcional organização e administração, onde o trabalho do corpo docente era gratuito, e a dedicação da Diretoria da Sociedade Propagadora das Belas-Artes buscava "meios para remover mil urgências do ensino, auxílios para alunas excessivamente pobres, empregos para muitos alunos, e o que é mais custoso, meios para a conclusão das obras do edifício, imprescindíveis para a acomodação completa dos alunos, e tudo isso sem esquecer ainda de aproveitar as aulas existentes para a criação de novos cursos."

Assim, no dia 26 de junho de 1882, às 7 horas da noite, com grande sacrifício e totalmente às expensas da Sociedade das Belas Artes, inaugurou-se no salão principal do Liceu o Curso Comercial. Compareceram à solenidade, manifestando apoio, o Imperador D. Pedro II e numerosas pessoas ligadas ao comércio e à política, como por exemplo o Visconde de Tocantins, e os senadores Rodolfo Dantas e Silveira da Motta. Pronunciaram discursos o vice-presidente da Sociedade Propagadora das Belas Artes, Comendador Victorino de Barros; o Vice-diretor do Liceu, Dr Diniz; e o Comendador Ramalho Ortigão, representante da classe comercial nesta solenidade, que ressaltou para os alunos a vantagem da instrução para os que se destinam à profissão de comerciante. Em seguida Sua Majestade percorreu todas as aulas de ambos os sexos, acompanhado do Ministro do Império, retirando-se às 20:30 horas.

A Imprensa do Rio de Janeiro aplaudiu calorosamente a iniciativa, como podemos observar em editoriais e artigos da época sobre o assunto.

As aulas inauguradas, especialmente para o primeiro ano do curso, foram: português, francês, aritmética,

desenho linear e caligrafia, ministradas por: Candido Elias Mendonça de Carvalho, Joaquim Borges Carneiro, Dr. Antonio Zeferino Candido, Dr. Vicente de Souza, Luiz da Silva Reis, Alberto Madei, Luiz Paulo Leal Nabuco de Araújo, Dr. Licinio Chaves Barcellos, E. Gambaro, Eugenio Barros Raja Gabaglia, Dr. Alfredo de Paula Freitas e Theophilo Coelho Dias. Corpo docente que não recebia qualquer remuneração, como os 60 professores dos outros curso profissionalizantes do Liceu. Desde a fundação, até a década de 30 do nosso século, os professores do Liceu trabalharam gratuitamente e com assiduidade para a educação popular, alguns por mais de 25/30 anos.

O comércio da capital que tinha a fama de amparar generosamente, com o seu erário aberto, esqueceu-se do Liceu e deixou a Sociedade Propagadora das Belas Artes-SPBA em sérios embaraços para o prosseguimento das obras destinadas ao Curso Comercial.

Os que procuraram, realmente, minorar as dificuldades foram: o Conselheiro Rodolpho Epiphanio de Souza Dantas, que , no cargo de Ministro dos Negócios do Império, espontaneamente mandou entregar à SPBA 19:500\$ de donativos que obteve para o exercício das aulas; o Barão da Vargem, por indicação particular do Visconde de Tocantins, doou 10:000\$; e o Sr. Alexandre Wagner, ao retirar-se desta Corte, e por indicação do negociante Comendador José Mendes de Oliveira Castro, doou 5:000\$. Essas quantias aplicadas às obras mal chegaram para o pagamento de contas relativas aos trabalhos de ampliação do número de salas necessárias para acomodar convenientemente o novo curso.

A Diretoria, sem esmorecer, procurou os meios para sair da embaraçosa situação e contou com o apoio da Imprensa - que em muitos artigos publicados no Jornal do Comércio , Gazeta de Notícias e Cruzeiro - demonstraram todas as convincentes razões da utilidade de ter o comércio fluminense uma escola como a do Liceu.

Mas, apesar do reconhecimento público das autoridades e da imprensa ao trabalho executado pelo Liceu em prol da educação popular técnico-profissionalizante, ao suprir essa imensa lacuna na educação do país, o peso maior dos recursos pecuniários vieram de doações particulares. O próprio Governo Imperial, como consta do relatório do Ministro, " entendendo que o Lycêo prestava um alto serviço creando esse novo curso, julgou acertado extinguir de todo o Instituto Commercial, onde não havia um só alumno matriculado, embora passasse para o auxílio do Lycêo alguma cousa da verba votada para aquelle estabelecimento."

As causas que concorreram para o fechamento do Instituto Commercial mantido pelo Governo, foram a falta de alunos, devido à má organização do programa que visava um estudo mais acadêmico que profissionalizante, e os embaraços, que sempre os pretendentes aos cursos encontravam para a matrícula oficial, como por exemplo o pagamento de matrícula e mensalidades.

Embaraços que não existiram no Liceu, onde bastava, para ser matriculado, que o aluno se apresentasse, sem requerimentos e certidões inúteis, e onde não havia distinção de posição, raça ou nacionalidade.

Assim, enquanto um curso fechava por falta de alunos, o Liceu teve inscritos 478 alunos, matriculando 261 e permitindo que os outros freqüentassem, como ouvintes, aulas avulsas de preparação.

O Liceu de 1858 até 1883, de acordo com as estatísticas da instituição, recebeu o total de 23.026 alunos; e possuía, no ano de 1882, 40 salas e 15 gabinetes para cursos relativos a 50 profissões. O número de matrículas era surpreendente se comparado com o de estabelecimentos públicos e particulares, e que nem ao menos conseguiam rivalizar. Os seus ex-alunos formavam a maior parte de operários que integravam as oficinas particulares e os arsenais do Estado. Eram vários também os estrangeiros de diversas nacionalidades que se formavam em seus cursos. Muitos dos ex-alunos dessa instituição de instrução popular, galgaram altos postos na vida pública do país, após prosseguirem nos estudos.

Apesar de todos as vissitudes conseqüentes da absoluta falta de espaço para abrir novas aulas, o Liceu foi a escola, em todo o Império e em boa parte do século XX, que maior número de alunos recebeu em suas salas.

O ensino profissionalizante do Imperial Liceu de Artes e Ofícios completou-se com o Curso Comercial.

A trajetória do Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios

Esse Curso de Comércio, que funcionou de maneira eficaz, regular e metódica no Império, no início da República, e nas Repúblicas Velha e Nova, permaneceu até 1998. Tornou-se o mais antigo Curso de Comércio, de quatro anos contínuos, gratuito, noturno, com frequência expressiva e efetivo aproveitamento. Conseguiu introduzir definitivamente e com pleno sucesso os estudos mercantis à classe dos comerciantes.

Foi, também, o único curso regular durante 20 anos, até surgir a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902, já na República.

Em 1933, o curso então com o nome de Escola de Comércio do Liceu foi reconhecido por ato da Diretoria do Ensino Comercial. Na década de 40, a denominação foi mudada para Escola Técnica de Comércio Béthencourt da Silva, em virtude da necessidade de acompanhar e se adequar à última legislação sobre esse ramo. Manteve o curso básico, em quatro séries; e o técnico de contabilidade, em três, sendo a escola permanentemente fiscalizada pela Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Saúde.

Seu caráter de gratuidade permaneceu até 1958, quando, a partir da perda da antiga sede na Avenida Rio Branco/174 e dos aluguéis das lojas existentes nesse prédio que revertiam para a instituição, teve que se mudar para a Rua Frederico Silva 86, na Praça Onze. Para continuar sua trajetória., teve de recorrer às contribuições mensais do alunado.

O Liceu foi autorizado a organizar, na década de 70, além do Curso Comercial da Escola Técnica de Comércio Béthencourt da Silva, novos cursos, todos profissionalizantes de segundo grau, em número de treze, compreendendo as áreas de comércio e serviços, tecnologia e saúde.

Todas as mudanças e reformas propostas por Lei ou Decreto, relacionadas à instrução comercial, o Liceu acatou e efetuou as modificações exigidas. Buscou sempre atualizar os cursos, aperfeiçoando o ensino.

Em 19 de janeiro de 1981 foi autorizado o funcionamento da Faculdade Béthencourt da Silva-FABES, com os cursos de licenciatura em Técnicas de Comércio e Serviços, habilitações em Administração e Comércio, e Técnicas Industriais, habilitações em Eletrônica e Construção Civil. A Faculdade foi reconhecida em 1987³⁷ e a autorização ministerial para o funcionamento dos cursos de bacharelado em Administração e Ciências Contábeis ocorreu em 5 de agosto de 1993.

Conclusão

Coube à Sociedade Propagadora das Belas Artes e ao Liceu de Artes e Ofícios, devido à visão pioneira de Béthencourt da Silva sobre educação profissional, a criação e a implantação bem-sucedida do primeiro curso comercial no Brasil.

É interessante observar que o Liceu de Artes e Ofícios foi uma instituição que recebeu o título de Imperial, o que caracterizava um reconhecimento oficial. Era, também, reconhecido por nacionais e estrangeiros, como a primeira escola de educação profissional da América do Sul, e como educandário que, em suas salas, recebeu o maior número de alunos em todo o Império, se comparado com outros estabelecimentos similares.

As primeiras tentativas de criar um curso comercial resultaram em fracasso. A Aula de Comércio, mudou de nome duas vezes, buscando se adaptar e sobreviver. Mas, efetivamente, era o mesmo curso, sem perspectivas e com programa não compatível com as reais necessidades dos empregados do comércio.

Nesses cursos os alunos escasseavam, e no curso comercial do Liceu o número de alunos superavam as expectativas, reflexo do valor que a sociedade atribuía ao seu ensino.

O Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi pioneiro como curso comercial regular de quatro anos, gratuito, noturno, com conteúdo adequado, de caráter técnico-profissionalizante, e de cunho realmente social, pois visava as classes menos favorecidas e trabalhadoras e que não podiam dispor do período diurno para estudar.

O nosso objetivo foi preencher a lacuna da história do ensino profissional no país, permitindo ao término reconhecer como marco, por ter realizado a primeira experiência realmente positiva no Ensino Comercial do

Brasil, o Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.

| [Voltar](#) |
